

**O ENSINO–APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA
ESCRITA EM CONTEXTO INCLUSIVO: UM ESTUDO DE CASO
COM ALUNOS SURDOS E OUVINTES**

Jocelma Rodrigues dos Santos (UNEB)

jocelmarodriguesdossantos@gmail.com

Valquíria Claudete Machado Borba (UNEB)

valmborba@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem o propósito de mostrar breves considerações sobre as informações adquiridas por meio de pesquisa que teve por objetivo analisar o processo de ensino–aprendizagem do português escrito pelo aluno surdo e ouvinte que está em sala de aula inclusiva no ensino regular do Ensino Fundamental II. Desta forma, iremos enfatizar um dos nossos objetivos específicos: verificar o ensino–aprendizagem em uma sala de aula inclusiva. Nossa pesquisa é um estudo de caso com pesquisa de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados questionários, observações de aulas e diário de pesquisa. Este trabalho se baseou em autores que abordam a temática relacionada à educação de surdos, o português escrito como segunda língua, a inclusão do processo de ensino–aprendizagem como Oliveira (2013), Ronice Quadros (2002), (2008), Goldfeld (2002), Salles (2004), Svartholm (1998), Lodenir Karnopp (2004), Sasaki (1997), Oliveira (2016), Menezes (2015), Vieira (2016), Perlin (1998), entre outros. A análise do processo ensino–aprendizagem foi decorrente da observação de aulas de português na sala de aula inclusiva, da análise de produções textuais e da apreciação de questionários realizados com alunos, professor, intérprete e coordenador pedagógico. A pesquisa se deu em uma escola municipal de Itaberaba-BA, com a turma de 9º ano do Ensino Fundamental II. Os dados apontam para a necessidade de mais investimentos didáticos, pedagógicos e financeiros para um desenvolvimento promissor do processo ensino–aprendizagem do português escrito como segunda língua para surdos em contexto de inclusão em Itaberaba. Apesar de existir uma política de inclusão para surdos, ainda há dificuldades e desafios a serem enfrentados.

Palavras-chave

Inclusão. Surdez. Ensino–aprendizagem. Português escrito.

ABSTRACT

This article aims to show brief considerations about the information acquired through research that aimed to analyze the teaching-learning process of Portuguese written by the deaf and hearing student who is in an inclusive classroom in regular elementary school II. In this way, we will emphasize one of our specific objectives: to verify teaching-learning in an inclusive classroom. Our research is a case study with field research, using questionnaires, class observations and research diary as data collection instruments. This work was based on authors who approach the theme related to the education of the deaf, Portuguese as a second language, the inclusion of the teaching-learning process as Oliveira (2013), Ronice Quadros (2002), (2008), Goldfeld (2002), Salles (2004), Svartholm (1998), Lodenir Karnopp (2004), Sasaki (1997),

Oliveira (2016), Menezes (2015), Vieira (2016), Perlin (1998), among others. The analysis of the teaching-learning process was due to the observation of Portuguese classes in the inclusive classroom, the analysis of textual productions and the appreciation of questionnaires conducted with students, teacher, interpreter and pedagogical coordinator. The research took place in a municipal school in Itaberaba-Bahia, with the 9th grade of Elementary School II. The data point to the need for more didactic, pedagogical and financial investments for a promising development of the teaching process – learning Portuguese as a second language for the deaf in the context of inclusion in Itaberaba. Although there is an inclusion policy for the deaf, there are still difficulties and challenges to be faced.

Keywords:

Deafness. Inclusion. Teaching-learning. Written Portuguese.

1. Introdução

Este artigo apresenta um estudo com dados de pesquisa realizada no Ensino Fundamental II, em escola pública no município de Itaberaba, Bahia. A proposta tem como eixo temático o ensino de Língua Portuguesa em contexto de inclusão com alunos surdos e ouvintes na Rede Regular de Ensino, tendo em vista que, a Constituição Federal de 1988 define que todos os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) devem ser atendidos preferencialmente na sala de aula comum. E, no caso da Educação inclusiva para Surdos, o ensino da Língua Portuguesa deve ocorrer como segunda língua, em sua modalidade escrita para os surdos, e como primeira língua para ouvintes.

A pesquisa teve como objetivo analisar o processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa em contexto inclusivo com alunos surdos e ouvintes no Ensino Fundamental II. E, para isso, propomos verificar o processo ensino-aprendizagem da sala de aula inclusiva; identificar as estratégias metodológicas e os recursos didáticos utilizados pelo professor da sala de aula inclusiva; verificar as dificuldades de aprendizagens apresentadas nas produções textuais dos alunos surdos e ouvintes; descrever a formação do professor e do intérprete para atuar em sala de aula inclusiva; verificar a percepção da sala de aula inclusiva por alunos surdos e ouvintes.

Este trabalho visa, portanto, mostrar a análise correspondente à verificação do processo ensino-aprendizagem do português escrito na sala de aula inclusiva através de observações de aulas, para enfatizar os aspectos relevantes que fazem parte das atividades pedagógicas em sala de aula como as estratégias metodológicas, os recursos didáticos, e a avaliação utilizada pelo professor em sua prática diária.

Como a escola vem desenvolvendo suas atividades pedagógicas ao considerar este novo contexto de inclusão? Como ocorre o processo ensino–aprendizagem da língua portuguesa escrita no espaço escolar com surdos e ouvintes? São questionamentos que merecem atenção, considerando as especificidades linguísticas dos dois grupos envolvidos, os ouvintes que tem a língua portuguesa como língua materna e os surdos que além de ter como língua materna a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, tem direito ao aprendizado da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita.

A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho de Educação Básica (CEB) Nº 2 institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, trazendo em seu 2º artigo que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2014, p. 2).

Neste estudo, trazemos algumas informações e conhecimentos sobre a inclusão no município de Itaberaba/Bahia, principalmente para atender às necessidades especiais de aprendizagem de alunos surdos e ouvintes no mesmo espaço escolar, visando ao desenvolvimento e aprendizagem da língua portuguesa, considerando que a comunidade surda faz uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como língua materna.

A metodologia utilizada para a coleta de informações foi o estudo de caso e a pesquisa de campo com o auxílio de instrumentos de pesquisa como observação de aula, produção de diário de pesquisa e aplicação de questionários com alunos surdos, ouvintes, professor, intérprete e coordenador pedagógico. O campo de pesquisa é a sala de aula inclusiva do 9º ano com alunos surdos e ouvintes com foco no ensino do Português escrito como segunda língua. Nosso *corpus* de pesquisa foram às observações de aulas, os questionários respondidos pelo professor, professor intérprete, coordenador pedagógico, pelos alunos surdos e ouvintes e as produções textuais dos alunos surdos e alunos ouvintes.

Utilizaremos como suporte teórico autores que abordam temáticas relacionadas à educação e inclusão de surdos, o português escrito como segunda língua para surdos, a inclusão do processo ensino–aprendizagem como Oliveira (2013), Ronice Quadros (2002), (2008) Goldfeld (2002), Salles (2004), Svartholm (1998), Lodenir Karnopp (2004), Sassaki (1997), Oliveira (2016), Menezes (2015), Vieira (2016), Perlin (1998),

entre outros.

Embora seja notório o avanço no atendimento de estudantes com NEE, atualmente, grandes parcelas destes estudantes encontram-se fora do espaço escolar, principalmente, porque não há uma preparação, nem mudanças estruturais, culturais, curriculares da escola para receber estes alunos e atender a todos, em suas especificidades culturais, linguísticas e sociais.

Desta forma, motivado por um contexto atual de inclusão obscuro, com vários problemas demonstrados, principalmente pela falta de preparo de professores e da instituição escolar, que, muitas vezes inclui já excluindo o ser diferente daquele que é concebido como ser normal, é que surge a necessidade de investigar o processo ensino–aprendizagem do português escrito como segunda língua para surdos.

Nessa direção este trabalho tem a pretensão de contribuir para ampliação de debates sobre inclusão, especificadamente a educação e inclusão de surdos, partindo de uma realidade local. Além disso, obter informações mais concretas sobre a realidade atual da sala de aula inclusiva que atende alunos surdos e ouvintes no Ensino Fundamental II, neste caso no processo ensino–aprendizagem da língua portuguesa escrita.

Tendo em vista a proposta deste artigo, nosso trabalho está estruturado em quatro seções a seguir. Na primeira seção, apresentamos o percurso teórico-metodológico da pesquisa. Na segunda seção, abordamos a fundamentação teórica com temáticas voltadas para a educação de surdos, educação inclusiva e o ensino do português como segunda língua para surdos. Na terceira seção, trazemos o ensino–aprendizagem da língua portuguesa em contexto de inclusão: algumas considerações sobre a sala de aula inclusiva. Na quarta e última seção, apresentamos as nossas considerações finais mostrando reflexões sobre informações encontradas durante o percurso trilhado.

Vejam a seguir o nosso percurso metodológico para a obtenção das informações.

2. *Percurso Metodológico*

A abordagem foi qualitativa descritiva analítica a partir de três etapas básicas: a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a pesquisa de campo. A Pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir das contribui-

ções teóricas de autores que tratam das temáticas sobre a Educação de Surdos; língua portuguesa como segunda língua para surdos; a inclusão no processo ensino-aprendizagem; a formação do professor da sala de aula inclusiva; o papel do intérprete na sala de aula inclusiva, as estratégias metodológicas para o ensino do Português escrito, entre outros.

O Estudo de caso ocorreu em escola pública do município de Itaberaba, buscando estudar a complexidade de uma realidade singular no Ensino Fundamental II, para entender o processo das atividades desenvolvidas dentro das circunstâncias produzidas na sala de aula, através da observação de aulas em escola inclusiva com alunos surdos e ouvintes, prevendo novas descobertas, relações, percepções, novos conceitos, entre outros.

A Pesquisa de campo foi desenvolvida através da observação de aulas de duas unidades de ensino, em que foram acompanhadas 20 aulas sem uma sequência de dias pré-estabelecido, mesmo porque durante as duas unidades ocorreram situações de suspensão de aulas devido ao carnaval, dedetização da escola, paralisações nacionais e municipais.

A escola em que a pesquisa foi realizada é de grande porte, localizada na parte periférica da cidade e atende alunos da zona urbana e rural no diurno do ensino fundamental II do 5º ao 9º ano, sendo dezesseis turmas no matutino e nove turmas no vespertino, compreendendo 697 alunos matriculados na escola em 2019, com 08 surdos, o que corresponde a 1,14% dos alunos.

Conforme relatório da escola pesquisada em Itaberaba, datado de 2013, a escola foi criada em 1990, pelo Decreto Municipal nº 003/90 de 18 de abril, pelo gestor da época, com portaria de criação nº 47 de 22 de janeiro de 1997, quando foi instituído o Ensino Fundamental da 5ª a 8ª série (atual 6º ao 9º ano). Começando com o Curso de Pré-escola, alfabetização, ensino fundamental de 1ª a 8ª série e habilitação em magistério de 1ª a 4ª série no turno diurno.

As observações e as aplicações dos questionários foram realizadas na turma do 9º C, Ensino fundamental II, do turno matutino por ter matriculados alunos surdos e ouvintes, sendo 31 alunos matriculados, com 29 alunos ouvintes e 02 alunos surdos, correspondendo a 6,9% do total matriculado. É uma turma heterogênea em comportamento e aprendizagem. A turma inclusiva pesquisada foi a do 9º ano C, e, era composta por 29 alunos que realmente frequentavam às aulas, sendo 27 ouvintes e 02 surdos. Responderam aos questionários 79,3% da turma, sendo 21 alunos

ouvintes e 02 alunos surdos.

Durante as observações das aulas foi produzido diário de campo, para registro das impressões das aulas e atividades realizadas. Assim, o Corpus do Projeto da Pesquisa é a observação de aulas de Língua Portuguesa em contexto inclusivo; a análise de produções textuais dos alunos surdos e ouvintes, e os questionários respondidos pelo professor, intérprete, coordenador pedagógico e pelos alunos ouvintes e surdos no Ensino Fundamental II, em sala de aula inclusiva municipal em Itaberaba-BA.

Considerando ainda que o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, em seu art. 27, afirma que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, garantindo sistema educacional inclusivo em todos os níveis ao longo da vida, iremos enfatizar alguns aspectos relacionados ao processo ensino–aprendizagem do português escrito como segunda língua para surdos na sala de aula inclusiva no município de Itaberaba-BA, observados durante pesquisa e que, acreditamos fazer parte de qualquer ambiente de sala de aula como as estratégias metodológicas, os recursos didáticos e tecnológicos e a avaliação.

Desta forma, temos como objetivo de analisar qualitativamente as questões referentes ao espaço educacional no atendimento das necessidades educacionais, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme Art. 208, inciso III da Constituição Federal de 1998.

Na seção a seguir iremos demonstrar um pouco da teoria utilizada para fundamentar o nosso trabalho.

3. *Um pouco de Fundamentação Teórica*

Para analisar qualitativamente as questões verificadas mediante pesquisa no que tange o espaço educacional no atendimento das Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente na Rede Regular de ensino, conforme art. 208, inciso III da Constituição Federal de 1998, iremos verificar em contexto de realidade local, o processo ensino–aprendizagem do português em contexto de inclusão, considerando o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, em seu art. 27, que afirma que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, garantindo sistema educacional inclusivo em todos os níveis ao longo da vida. E, o Decreto Federal nº 5626 de 2005, que regulamenta a Lei da LIBRAS nº 10.436, de 2002, e possibilita outras providências sobre a educação de surdos.

De acordo Svartholm (1998) deve-se levar em conta que, a aquisição da língua portuguesa pelos sujeitos surdos, como segunda língua, na modalidade escrita, é extremamente complexa, pois envolve aspectos linguísticos (semântica, sintaxe e léxico), sociais, históricos, econômicos, etc.

Os surdos, de acordo com as Normas e Decretos Federais, têm o direito de adquirir, primeiramente, a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua (L1), para depois, aprenderem de fato a língua portuguesa como segunda língua (L2) na modalidade escrita. Sem a aquisição da LIBRAS primeiramente, o aprendizado da segunda língua pelo surdo será mais difícil.

É de extrema importância o ensino bilíngue para os surdos, ou seja, o aprendizado da Libras como primeira língua (L1) e do português como segunda língua (L2), pois desse modo os surdos conseguem desenvolver melhor suas capacidades linguísticas, ampliam seu conhecimento de mundo, valorizando e respeitando a Língua de Sinais e a cultura do surdo. (QUADROS *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 13-14)

A discussão proposta não visa à deficiência, mas às dificuldades de aprendizagem, devido à diferenciação da estrutura linguística das duas línguas, prevalecendo duas perspectivas de ensino diferentes, o português como primeira língua e como segunda língua.

O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua, a língua oficial de seu país. (GOLDFELD, 1997, p. 38)

Por isso, deve-se pensar em uma perspectiva de ensino especializada para atender uma sala de aula com alunos Surdos e ouvintes, pois um grupo sendo oral-auditivo e o outro visual necessitam de um processo de ensino-aprendizagem da linguagem que não seja diferenciada, mas coerente com as reais necessidades educacionais de cada um, o que angustia a maioria dos professores da sala de aula regular por não ter formação na área, nem habilidades para propor estratégias que favoreçam um ensino de qualidade, tanto para Surdos quanto para ouvintes.

Mesmo porque, ao lidar com duas práticas diferentes de aprendizagem, um grupo não deverá ser beneficiado em detrimento do outro. Os dois grupos devem ser contemplados com estratégias metodológicas adequadas e benéficas para ambos de maneira eficiente. O português, modalidade oral-auditiva da língua é indicada pela Lei nº 10.436, de 2002, língua para o surdo brasileiro, na modalidade escrita, já que, em sua maioria

a, as pessoas surdas se comunicam através da LIBRAS, uma modalidade espaço-visual, considerada sua primeira língua materna.

Então, por serem filhos de pais ouvintes, os indivíduos surdos não têm contato com a língua portuguesa antes de ingressar na escola, sendo necessário o aprendizado da LIBRAS, primeiramente, para depois pleitear a aquisição da língua portuguesa. É, portanto, extremamente importante que o aluno surdo adquira a língua de sinais, o que, na maioria das vezes acontece tardiamente, dificultando o desenvolvimento linguístico adequado do português escrito pelo aluno surdo, pois acaba tendo que aprender as duas línguas ao mesmo tempo.

Nesse sentido, Quadros (2002) afirma que há uma necessidade formal do ensino da língua portuguesa como uma segunda língua para a pessoa surda. Primeiramente, a criança surda deve ter acesso à Língua Brasileira de Sinais, para posteriormente, através desta, ter acesso ao desenvolvimento significativo da leitura e da escrita na língua portuguesa.

O ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos deve levar em consideração que a surdez dificulta, no entanto, não impede o aprendizado da Língua Portuguesa. As dificuldades que os alunos surdos geralmente apresentam na escrita não decorrem da surdez, mas do pouco conhecimento que têm da Língua Portuguesa. A Língua Portuguesa é segunda língua para os alunos surdos, e, por isso, requer a aquisição da Língua Brasileira de Sinais, sua primeira língua. (SVARTHOLM, 1998, p. 45)

Observa-se, então, que o texto escrito é uma das formas de comunicação entre surdos e ouvintes, por isso, as propostas metodológicas para o ensino de textos para alunos surdos requerem a articulação entre diversas práticas de escrita em atividades contextualizadas, através do letramento. Assim, é importante considerar o momento histórico, o ambiente sociocultural, os interlocutores nas realizações de uma produção textual. “O processo de construção de um texto deve estar relacionado a vários sistemas de estratégias cognitivas, textuais e sociointeracionista” (KOCH, 2000, p. 86).

Além do caminho aberto pela legislação brasileira, estudos de Skliar (1998) que diz ser direito do surdo o acesso aos conhecimentos através da língua de domínio, de Quadros (2002), (2008) que trata do bilinguismo na educação de surdos, aspectos linguísticos da LIBRAS, entre outros, apontam para a necessidade de uma abordagem bilíngue no ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita em classes inclusivas que tenham alunos surdos.

Considera-se que, embora, nem todos os surdos assumam

identidade surda, os surdos em sua maioria, usam a LIBRAS como língua de instrução, por ser a sua língua materna, língua de excelência, língua de acessibilidade, para adquirir conhecimentos e interagir com o mundo que o cerca é importante a valorização, o uso e a difusão da LIBRAS na escola.

É preciso reconhecer que o surdo tem como língua materna a Libras, a língua de acesso a vários conhecimentos, como forma de interação e comunicação com a pessoa surda, com o ouvinte e com o mundo. “A língua de sinais seria a única língua que o surdo poderia dominar plenamente e que serviria para todas as suas necessidades de comunicação e cognitivas” (GODFIELD, 2002, p. 45). Por isso, conforme Brito, (1993 *apud* GODFIELD, 2002, p. 45), a criança deve ser exposta desde seus primeiros anos de vida à língua de sinais para não sofrer consequências advindas das suas peculiaridades linguísticas.

Vejamos na terceira seção algumas considerações sobre a sala de aula inclusiva e o processo ensino–aprendizagem da língua portuguesa escrita.

4. O ensino–aprendizagem da língua portuguesa em contexto de inclusão: algumas considerações sobre a sala de aula inclusiva

A educação de surdos tem sido alvo de grandes discussões, já que sempre se postulou uma educação que atendessem a todos os cidadãos indistintamente, garantindo-lhes uma educação de qualidade e de acessibilidade a um processo ensino–aprendizagem que promova a permanência na escola. Levando em consideração as necessidades e potencialidades de cada um.

A escola comum passa a necessitar de mudanças em sua estrutura, no currículo, nas atitudes e valores em respeito às diferenças. Nesse contexto, a inclusão de pessoas com surdez requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula comum, quanto no Atendimento Educacional Especializado.

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

E, para que a inclusão de fato se concretize, é preciso que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação, sendo necessário, então, repensar as práticas pedagógicas adotadas, partindo da ideia de que todas as pessoas são capazes de aprender independentemente das necessidades, desde que, para isso, sejam oferecidas condições favoráveis para seu aprendizado.

[...] Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas esforços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 1997, p. 164)

Mesmo assim, apesar dos avanços consideráveis referentes à educação em nosso país, as leis em vigor ainda não são suficientes para garantir ao indivíduo surdo um aprendizado eficaz, principalmente, devido às práticas educativas em sua grande parte serem voltadas para a maioria ouvinte.

No currículo, há o conflito na compreensão do papel da escola, em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico. É preciso assumir em uma perspectiva sociolinguística e antropológica na educação dos surdos dentro da instituição escolar, considerando a condição bilíngue do aluno surdo. Silva. (SILVA, 2001 p. 21)

Esse direito dos surdos de se comunicarem em sua língua natural foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 concedendo à criança surda o direito de ter uma educação baseada em uma proposta bilíngue, na qual deve haver a valorização e o reconhecimento da língua da qual o surdo tenha domínio, neste caso a Língua Brasileira de Sinais.

Itaberaba é considerada Portal da Chapada Diamantina, por ser um grande centro comercial e um importante polo de desenvolvimento para a região. De acordo o Censo 2010, Itaberaba tem 61 mil 631 pessoas, taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, correspondendo a 96,2%; índice de desenvolvimento básico do Ensino Fundamental anos finais, igual a 3,2, com matrícula em 2018 de 9.291 alunos no ensino fundamental.

A Secretaria de Educação do município de Itaberaba-BA dispõe de escolas inclusivas para o ensino infantil, ensino fundamental I e Fundamental II. Apenas uma escola atende alunos surdos no Ensino Fundamental II. Estes alunos são oriundos das escolas primárias do

município, que eram atendidas pelo Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE). Hoje, os surdos, são atendidos em turno oposto ao que estuda na própria escola comum na Sala de Recurso Multifuncional implantada em 2013 e segue nota técnica SEESP/GAB/Nº 11/2010.

Conforme Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola pesquisada tem “a missão freqüente na busca de ensino de excelência à comunidade e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, que prepare alunos competentes, éticos e com argumentação sólida para atuar em sociedade” (PPP, escolar, 2013). Entre seus valores observa-se, além da inclusão, compromisso, inovação, ética, respeito às pessoas, entre outros. Dentre seus objetivos gerais está o de melhorar o processo ensino-aprendizagem e a qualidade dos serviços operacionalizados, viabilizando a inclusão educacional, social e profissional dos alunos; considerando e respeitando suas diversidades, a fim de formar cidadãos ativos, críticos e participativos.

Uma das metas da escola é oferecer formação continuada aos profissionais da Unidade de ensino com parceria da Secretaria Municipal de Educação (SMED), incentivando a participação nos Cursos de formação continuada. Tem também como princípio norteador para o professor socializar o conhecimento produzido pela humanidade, intervir como agente mediador e transformador, promover momentos de interação e desafiar as possibilidades reais do aluno (PPP escolar, 2013).

Ainda conforme documento de 2013, o Projeto Político Pedagógico, o papel principal da escola é o de proporcionar condições de trabalho para orientar as demandas, principalmente no atendimento aos alunos com necessidades especiais da escola, cumprindo com o que determina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, Inciso III, que garante aos alunos com deficiência o atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, com qualidade significativa na aprendizagem e acessibilidade adequada.

A concepção pedagógica da escola está pautada na teoria Sociointeracionista¹⁴⁴ de Vigotsky em que o processo de formação de

¹⁴⁴ Teoria sócio-histórica proposta por Lev Vigostky, psicólogo Russo que viveu entre os anos de 1896 e 1934 e produziu trabalhos sobre o desenvolvimento psicológico e aprendizagem, propondo que o desenvolvimento cognitivo se dá por meio da interação social, em que no mínimo, duas pessoas estejam envolvidas ativamente trocando experiências e

conceitos partem das relações entre pensamento e linguagem, em uma mediação cultural, visando uma formação cidadã, crítica, participativa e emancipativa do homem e sua realidade social.

A sala de aula inclusiva deve ser um ambiente de troca, de acolhimento às diferenças. Todos os alunos devem ser submetidos a um ensino significativo e de qualidade. É importante que o objetivo desta sala esteja voltado para a aprendizagem, levando em consideração as especificidades linguísticas de cada um. E para atender à proposta da Educação bilíngüe, metodologia mais adequada na educação de surdos, o professor da sala de aula inclusiva que tem surdo, deve trabalhar com o ensino de Português na perspectiva de segunda língua, que seria a modalidade escrita da língua, porque a oralização deverá acontecer através do uso da LIBRAS, sua língua materna.

Assim, uma educação bilíngüe para surdos deve garantir língua de sinais como língua de instrução e interação, uma língua que tem características e estrutura própria, língua que identifica uma comunidade.

No entanto, infelizmente observamos nas aulas de Língua Portuguesa da sala de aula inclusiva a necessidade de mais investimentos pedagógicos pelo professor. A sala de aula investigada é composta por alunos surdos e ouvintes, e por isso para acompanhar os alunos surdos na tradução e interpretação permanece na sala junto com o professor o profissional intérprete da LIBRAS.

O Professor de Língua Portuguesa é formado em Letras Vernáculas e não tem Cursos na área da surdez. É contratado e está substituindo a professora que se encontra realizando qualificação profissional em Curso de Pós-Graduação. Tem pouca experiência na educação de surdos.

A professora intérprete é graduada em Pedagogia, tem Curso básico e intermediário em LIBRAS, e Curso de Cultura e Literatura surda. É contratada e cumpre carga horária de 20 horas semanais. Não tem experiência com a Educação de Surdos, sendo a primeira vez que trabalha com a interpretação da LIBRAS para surdos. Interpreta as disciplinas de Inglês, Ensino Religioso, História e Geografia, mas só tem

ideias, gerando novas experiências e conhecimentos. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/1997441/vygotsky-e-as-teorias-da-aprendizagem> Acesso em 25 de dez. de 2019.

formação na área de Ensino Religioso.

Os dois alunos surdos têm 17 e 18 anos, um do sexo masculino e o outro do sexo feminino. O aluno do sexo masculino, há 06 meses tem contato com a LIBRAS, filho de pais ouvintes, não tem domínio da LIBRAS, oraliza, faz a leitura labial, e tem o recurso dos gestos na comunicação, pois na cidade em que ele morava não tem desenvolvida uma política educacional relacionada à surdez, por isso apresenta características voltadas para a cultura ouvinte, por ter se tornado surdo entre 07 e 08 anos de idade.

A aluna do sexo feminino, filha de pais ouvintes, tem conhecimento da LIBRAS há pouco mais de um ano, possui comprometimento psicomotor, devido paralisia cerebral de grau leve. Tem média fluência na sua língua materna, a LIBRAS, estando em nível intermediário em transição para o nível avançado, conforme dados do Atendimento Educacional Especializado.

Os alunos ouvintes têm entre 13 a 16 anos, são no total de 27, diversificados nos aspectos cognitivos e comportamentais. A aprendizagem ocorre de forma variada, uma minoria de alunos tem facilidade na aquisição dos conteúdos, a maioria tem dificuldades na assimilação dos assuntos estudados, conforme descrição do professor. São 15 alunos do sexo feminino e 14 do sexo masculino.

Em relação às estratégias metodológicas, os recursos didáticos e tecnológicos e a avaliação, observamos que o professor segue ritual metodológico de escrita no quadro branco da pauta do dia, explanação oral-participativa, com resolução de exercícios, uso do livro didático, leitura silenciosa e compartilhada. Como recurso didático tecnológico sempre o quadro branco, livro didático, textos xerografados. O professor sempre trabalhou com atividade extraclasse. A avaliação do professor sempre esteve relacionada à correção individual da atividade realizada pelos alunos. Sobre estas aulas consideramos que não foi levado em conta o trabalho da língua de forma contextualizada, nem enquanto uso social. Segundo os PCN,

O objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Organizar situações de aprendizado, nessa perspectiva, supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados. (PCN, 1998, p. 22)

Os documentos como os PCN (1998), BNCC (2018) afirmam que o trabalho com a língua portuguesa deve ser diversificado, focado nas interações sociais e para os aspectos linguísticos contextualizados a partir das práticas sociais de leitura e escrita.

Notamos que na escola não há materiais em LIBRAS, nem materiais adaptados, e o equipamento do *datashow*, que poderia ser usado pelo professor, não há em quantidade suficiente, por isso o professor precisa fazer o agendamento da sala de vídeo. Nas aulas o professor também não usou o recurso das imagens e das gravações em vídeos para possibilitar acessibilidade ao aluno surdo.

O próprio Decreto Federal 5.626/2005, cap. IV, afirma que o sistema de ensino deve utilizar mecanismos que favoreçam a avaliação do surdo em decorrência de um aprendizado de segunda língua, ou seja, a correção das respostas às questões e textos deve valorizar a ideia, o aspecto semântico, em detrimento da organização das sentenças na ordem formal da língua portuguesa.

O Decreto ainda garante que o professor pode utilizar meios de avaliação alternativos, tendo a LIBRAS como a língua de expressão, desde que registrados em vídeo ou outros recursos eletrônicos ou tecnológicos (BRASIL, 2005).

É preciso considerar que a língua materna do aluno é de extrema relevância no decorrer do processo avaliativo do ensino, pois se trata da língua de instrução, a única via de acesso aos conhecimentos, por isso, deve ser respeitada, valorizada, utilizada a serviço de um ensino-aprendizagem de qualidade e mais significativo, possibilitando resultados satisfatórios na aprendizagem.

Desta maneira, percebemos a complexidade que é atender no mesmo espaço escolar dois grupos linguísticos diferentes, os ouvintes, usuários da língua portuguesa como primeira língua, e os surdos usuários da LIBRAS como língua materna.

Na quarta e última seção faremos nossas considerações finais.

5. Considerações finais

O município através de portaria nº 1.192, de junho de 2010, mesmo não sendo regulamentado, oficializa a LIBRAS e reconhece a profissão do Tradutor e Intérprete da LIBRAS, enfatizando que este

profissional deve ter domínio da língua de sinais, conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento do indivíduo surdo, conhecimento da comunidade surda e convivência com ela. Além disso, deve ser habilitado na interpretação da língua oral, da língua de sinais, da língua escrita para a língua de sinais e da língua de sinais para a língua oral.

Em termos de inclusão escolar o Projeto Político pedagógico da escola pesquisada tem como objetivo melhorar o processo ensino-aprendizagem e qualidade dos serviços operacionalizados, viabilizando a inclusão educacional, social e profissional dos alunos, considerando e respeitando suas diversidades a fim de formar cidadãos ativos, críticos-participativos.

No âmbito da sala de aula, ainda é necessário um trabalho mais efetivo sobre o português escrito como segunda língua. É preciso maior incentivo na formação continuada dos professores, já que se observa que o professor não utiliza metodologias favoráveis à aprendizagem da língua portuguesa escrita pelo surdo, que seria fazer uso do recurso visual e da LIBRAS para garantir a acessibilidade linguística, o que favorece tanto aos surdos quanto aos ouvintes.

É extremamente complexo para o surdo e também para os ouvintes pensar em uma língua e escrever em outra. Por isso, é necessário transgredir, ampliar e melhorar para construir um novo olhar, novas vertentes sobre a educação de surdos, haja vista o surdo ter cultura, identidade, e ser linguisticamente diferente, por ter uma língua com estrutura e características próprias, que divergem da língua majoritária do país.

Então, cabe sinalizar que, a sala de aula necessita de mais atenção, práticas mais inclusivas devem estar concentradas, principalmente, neste ambiente, necessitando de mais interatividade com as tecnologias, metodologias diversificadas. O professor tem autonomia em sala de aula para fazer uso de estratégias mais adaptadas, recursos tecnológicos e didáticos mais acessíveis, e deve tirar proveito disto, para proporcionar aulas mais inclusivas, mais significativas, que atendam tanto os surdos quanto os ouvintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasi-

leira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL. *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

GOLDFELD, Marcia. *A criança surda – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. 7. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

KOCH, I. G. V.; L.C. TRAVAGLIA. 1995. *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez. KOONNGAN, A.; A. HOUAISS. 2000.

OLIVEIRA, Fernanda Alves de. Análise da organização aspectual em textos escritos por alunos Surdos. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

QUADROS, R. M. de Fontes. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. 2002.

QUADROS, R. M. de Fontes. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Reimpressão. Artmed: Porto Alegre, 2008.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. *A construção de sentidos na escrita do aluno surdo*. São Paulo: Plexus, 2001.

SKLIAR, Carlos. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos. *Revista Espaço*, junho, p. 38-45, 1998.